1933

Lei nº 594

Dispõe s/ construções urbanas

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - A execução de qualquer obra nos perímetros urbano e suburbano desta cidade dependerá sempre, sob pena de prévia licença da Prefeitura Municipal, ficando o infrator deste artigo sujeito às penalidades da lei.

Art 2º - As ruas, praças e suas contais da cidade não admitirão qualquer construção de prédio, antigo ou novo, sem que o respectivo projeto tenha sido aprovado pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo único - A infração do disposto neste artigo sujeitará o proprietário da obra à multa equivalente ao valor de 50% do salário mínimo mensal regional, sem prejuízo de outras penalidades previstas em leis.

Art 3º - A obra que tenha sido embargada por infringência do disposto no artigo 2º, desta lei só poderá ter prosseguimento depois de haver o responsável apresentado a respectiva planta e tenha esta sido aprovada pela Prefeitura Municipal.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Arcos, 10 de Outubro de 1968

Edgard Penna Amorim
Prefeito Municipal

Joaquim Teixeira de Amorim
Secretário